Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em reais)

1 - Contexto Operacional

A Sudeste S.A. ("Companhia"), sociedade de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, participação em empreendimentos imobiliários, participação, como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e de acordo também com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional").

A Companhia não possui resultado abrangente, motivo pelo qual não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 07 de fevereiro de 2014.

3 - Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como títulos para negociação, mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Estas aplicações financeiras estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento do exercício, que se aproxima do valor justo.

c) Tributos a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

d) Passivo circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

e) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real.

f) Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resutado líquido do exercício pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

g) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

h) Demonstração do valor adicionado

A Companhia incluiu na divulgação das suas demonstrações contábeis a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

4 - Pronunciamentos Novos ou Revisados e MP 627

4.1 - Pronunciamentos cuja adoção é obrigatória para 2013

Os pronunciamentos contábeis CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 46 passaram a vigorar em períodos iniciados após 01 de janeiro de 2013. Contudo, não causaram nenhum impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

4.2 - Pronunciamento do IFRS que ainda não está em vigor

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, com o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, a qual é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e não espera efeitos relevantes.

4.3 - Medida Provisória 627 e Instrução Normativa 1.397

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627/2013 e Instrução Normativa 1397 e até o momento não prevê alteração no seu plano de negócios e entende que não haverá efeitos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

5 - Caixa e Equivalentes de Caixa

	2013	2012
Depósitos bancários	1.124	35
Aplicações financeiras	10.992	92.997
	12.116	93.032

As aplicações financeiras de curto prazo estão constituídas por cotas de fundos de investimento de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. A composição da carteira está representada por:

		2013		2012	
Fundo	Instituição Financeira Administradora	Quantidade de Cotas	Valor	Quantidade de Cotas	Valor
Itaú Top DI	Banco Itaú S.A.	4.071,62504	10.992 10.992	37.264,39314	92.997 92.997

6 - Tributos a Recuperar

A Companhia recebeu em setembro de 2013, a restituição de parte dos créditos tributários de IRPJ, protocolados junto a Secretaria da Receita Federal no montante de R\$ 2.163.

7 - Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social está representado por 41.378.324 ações ordinárias, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital, independentemente de decisão em assembleia, até o limite de R\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

b) Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

8 - Instrumentos Financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em comparação com as vigentes no mercado.

A Companhia tem como política não assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles e riscos. A Companhia não realizou operações com derivativos no período.

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

..*